

JOSÉ ÓSCAR MONTEIRO

Extratos duma entrevista relativa à participação dos italianos nas relações diplomáticas com Moçambique, por um histórico da Frelimo. Ex-Ministro de Estado na Presidência.

Projecto: Moçambique da Guerra e da Paz (2016)

Moçambicano

P:A diplomacia moçambicana, nesse período, teve acções fortes para indicar, dentro deste contexto da Guerra Fria, que Moçambique seria algo diferente e específico?

OM: Isso não há dúvida, nós continuamos e temos o desenvolvimento de relações com os países Escandinavos. Tivemos relações com países do bloco Soviético, chamemos assim. Mas continuamos a ter relações com os países Escandinavos, foram nossos grandes apoiantes durante muitos anos. Escandinavos e Holandeses, tivemos relações intensíssimas com a Itália, as grandes construções foram feitas pela Cooperação Italiana, na altura os grandes investimentos de infra-estruturas foram Italianos: as barragens e algumas coisas que não foram feitas, como a linha de Massingir, por causa da guerra. Tivemos toda essa acção diplomática. Enquanto umas eram de cooperação, outras eram de confrontação. O Zimbabwe é talvez o momento em que nós combinámos Guerra e Paz. Isto é, apoiámos a Guerra e apoiámos a Paz.

Simplemente, o que eu quero dizer é que a força da confrontação que estava por cima, digamos, o manto que estava por cima de tudo acabou por dominar todos esses outros esforços. Isto é, o nosso País ficou envolvido num conflito que nos ultrapassava e que nós não éramos capazes de gerir, o que explica o desenvolvimento da agressão da África do Sul contra o nosso País. A África do Sul contra a Angola fez uma destruição completa, aberta e no nosso País fez uma destruição indirecta, mas, provavelmente, tão devastadora como aquela que foi feita lá. Embora feita por interpostas pessoas.

P.: Mesmo antes da independência do Zimbabwe, o Dr. Óscar Monteiro participa em várias acções diplomáticas. Quais as mais salientes e como se organizava a diplomacia moçambicana para dar resposta a este tema?

OM: Esses assuntos das lutas de libertação eram tratados essencialmente por nós, na Presidência. O Presidente Samora tinha dito: “Nós é que tomamos conta disso”. Era uma das funções não escritas que nós tínhamos ali que até nos prejudicavam. A mim prejudicava muito o meu trabalho contínuo, porque passou, num certo momento, a ser uma coisa quase permanente. Mas tinha outros sectores que tratavam, a Defesa tinha a sua parte, a Segurança tinha a sua parte, mas, digamos, nós ali no que diz respeito à articulação de algumas destas partes.

Mas algumas coisas no que diz respeito às Forças Armadas e Segurança era o próprio Samora que tratava, nós não tratávamos, não éramos os coordenadores sobre isso e a pessoa do nosso lado que

estava na Presidência, mas também estava na Segurança era o Fernando Honwana. Portanto, era por aí que as coisas passavam e eu conheço uma parte, mas não conheço tudo.

Mas nós tivemos nas várias tentativas de encontrar soluções. Em Genebra chamou-se *The Geneva Convention on Rhodesia*ⁱ dirigido por Ivor Richardⁱⁱ que era o representante do Reino Unido nas Nações Unidas, em '76. Estivemos lá na delegação, mas devo dizer que existem muitas coisas a que a gente vai e que não tem efeito nenhum. Não me recordo de terem qualquer efeito. Era uma continuação daquela coisa da *détente* internacional, o Presidente Kaunda, o Presidente Nyerereⁱⁱⁱ, a Linha da Frente. Tinha surgido a ideia de encontrar uma plataforma para se fazer no Zimbábue. Para dizer a verdade, eu nem me lembro bem do que se passou lá. Não me deixou nenhum traço na memória. Só porque estivemos lá durante dez dias inúteis.

Está na linha de continuidade que depois levou àquele encontro de Malta. O que eu me lembro dessa fase é uma frase que eu ouvi do Andrew Young^{iv} a dizer olhe que "Você pode-se perguntar porque é que os Estados Unidos estão interessados nesta questão? - porque não é não era das suas prioridades - É que nós não queremos mais nenhuma Angola nem nenhum Moçambique".

Havia do lado do Ocidente uma tentativa de impedir uma nova Angola e um novo Moçambique e, portanto, apressar uma solução negociada antes que houvesse uma radicalização política dos movimentos. Posso dizer, que isso é o que caracteriza essa época e que acaba por dar, mais tarde, as suas soluções possíveis.

P.: O Ocidente passa a considerar que, pelo menos, a posição de Moçambique é um caso diferente de Angola. Essa marcação de que Moçambique é um caso diferente jogou um papel importante no sentido de que a RENAMO nunca teve corredor, digamos, na zona ocidental.

OM: Na realidade, os Sul-africanos e os Rodesianos sempre tiveram esse argumento que eles estavam a defender os interesses contra comunistas, mas não havia uma pulsão suficientemente forte do Ocidente para se aliar com o *apartheid*. Os Sul-africanos sempre fizeram isso, os Portugueses fizeram isso, beneficiaram de alguns apoios discretos, mas às tantas a opinião pública já não permitia que os apoios fossem abertos.

Exemplo: A visita de Marcello Caetano^v a Londres, que dá o efeito contrário, permite galvanizar. Agora, o Marcello Caetano sabia isso? Não sabia! Marcello Caetano vivia no seu mundo de cristal e quando chega lá fica admirado e isso permite também polarizar a oposição à guerra colonial Portuguesa. Então neste caso, o *apartheid* que era banido da sociedade internacional, recebe o inesperado, embora discreto, encorajamento do Reagan. Discreto, mas determinado. Porque aqui estava uma razão mais forte, ideológica: "Temos que acabar com estes comunistas".

O ponto que eu queria acrescentar, é que quando nós proclamamos a criação do partido Marxista-Leninista, permitimos que essa etiqueta, num mundo que funciona por etiquetas, fosse mais fácil para eles dizer: "Ah... então eles são mesmo Soviéticos". Com algumas *nuances*, mas, em geral, é assim que funciona.

Quando eu digo com algumas *nuances*, porquê? Porque o Kissinger disse em 1976, em Acra, que em O Marxismo Moçambicano era a consequência de uma evolução natural interna, isto é, não é uma imposição de um país, como aconteceu na II Guerra Mundial. Os países que entraram na esfera de influência soviética com os partidos que fossem minoritários ou majoritários, que fossem credíveis ou não, foram colocados como os partidos dirigentes. Aqui não. Isso dizia o Kissinger.

Mas essa situação garantiu um certo equilíbrio. Até permitiu a Independência do Zimbábue, por causa dos interesses da Grã-Bretanha. Não se manteve sempre, ela muda em 80, com a chegada do Reagan. Mas tudo isto joga em formas diferentes. É que, por um lado, se o Reagan chega ao poder em 1980 e se há esta visita - porque é um símbolo desta vontade de apoiar - também 1980 é o momento em que o Zimbábue fica independente e a Grã-Bretanha e a Margaret Thatcher em

particular, fica particularmente agradecida a Samora. Tanto que lhe atribui o colar da ordem de Saint Michael e São Jorge. Uma ordem que é preciso devolver sempre, está lá escrito. Nós encontrámos isso quando fomos abrir, com a família os cofres pessoais. Fizemos uma cerimónia de abertura e encontrámos isso. Encontrámos o colar e dizia que esse colar tem que ser devolvido na morte. Eu até disse: "Bom, vamos deixando a ver o que é que acontece" e esqueci-me do assunto. Aqui há uns dez anos, perguntei à Graça... "Então como é que é?" "Ah não. Vieram mesmo pedir e devolvemos."

Este sinal é um sinal diferente, não sei se está a ver? Por um lado há uma vontade maior de nos agredir, mas criamos um amigo que nos devia alguma coisa no Ocidente. Por coincidência, estes dois personagens desta história, Reagan de um lado e Thatcher doutro, por outras razões de afinidade ideológica também se entendem. Então é isto que, num certo momento, permite que a Margaret Thatcher, diria mais do que a Grã-Bretanha, joga um certo papel. Começa com várias coisas pequenas, por exemplo, num certo momento a gente decide abandonar aqueles fardamentos. Então vamos fazer outros fardamentos. Quem financia essa operação é a Grã-Bretanha. Esses fardamentos diferentes com *pips* aqui [no ombro] - estou a falar dos de gala, os outros já não sei bem - são fabricados na Grã-Bretanha.

Então, começa a haver uma correia nova de transmissão e discussões. Durante todo este período, começa a haver uma aproximação com os países Ocidentais. Eu não conheço todas as coisas, há pessoas mais habilitadas para falar sobre isso, eu não me vou meter. Eu só vou falar de uma ou duas coisas.

Porque o Presidente achava que as questões de África Austral deviam ser geridas por nós, eu fui nomeado como substituto permanente do Chissano. Portanto, cada vez que o Chissano não estava cá, era eu que o substituía. Nas missões para as Nações Unidas, etc...Sei lá, Namíbia, Zimbábwe, era eu que ia representar Moçambique. Que era um assunto que nós geríamos ali na presidência.

Eu não estou muito directamente envolvido em todas essas acções, mas em alguns casos eu substituindo o Ministro dos Negócios Estrangeiros, começo a lidar não só com o Corpo Diplomático, mas em particular com os ocidentais. Portanto, em todo o processo, por exemplo, de confrontação com a África do sul, antes e depois de Nkomati, nós discutimos isso muito intimamente com os embaixadores ocidentais. Portanto, eu encontro já o reflexo desta mudança. Outros factores não-de ter investigado em outros níveis, eu não posso falar sobre eles.

P.: Quando estava a falar sobre esse assunto histórico, estamos a referir... aos conflitos do século passado?

OM: Não, estou a falar de todo o País. Estou a falar do País. Eu acho que um dia vou ter que entrar dentro disso. Mas quero escolher o momento em que vou entrar dentro disso. Desses conflitos ignorados.

Porquê? Porque os conflitos que existiam entre os grupos levavam a que se nós tínhamos o apoio de um determinado grupo, o outro grupo punha-se completamente contra. Porquê? Porque sentia que aquele grupo vinha dominá-lo. Portanto, restaurava os conflitos do passado. Então, eles facilmente se opunham. Agora, daí haver os Portugueses também a utilizar isso? É fácil. Daí haver os Rodesianos a utilizar isso? É fácil. Portanto, estas questões, nós nunca as estudámos. Portanto eu diria, na falta desse estudo está a explicação da surpresa que a gente tem, quando eles têm essa percentagem. Como da surpresa mais recente.

P.: Queríamos falar de toda a prática de relações que existe na pós-Independência com a Igreja, e depois a Igreja acaba por fazer uma primeira aproximação com vista às conversações. Também sabemos que a Igreja sempre foi o organismo da sociedade civil mais forte...

OM: O que estás a dizer é já uma análise sociológica, mete sociedade civil, etc. Essas noções não eram noções que nós praticássemos muito. A noção que nós praticávamos era o Povo. Nesse sentido, nós sentíamos que o Povo todo estava a favor de um determinado projecto. Que o Povo todo era a FRELIMO. Portanto, isso era a nossa maneira de ver.

Segundo, há duas componentes aqui. Uma componente espiritual e uma componente institucional. Isto é bonito de dizer á distancia, com os olhos de um analista. Mas, na realidade a prática era quase directa. A prática na realidade era globalizante.

Aqui nós podemos encontrar o seguinte: O Papel histórico da Igreja na colonização. Não podes tratar a Igreja Católica e a sua associação com o poder, da mesma forma que trataas Igrejas Protestantes. Eu encontrei há pouco tempo um pequeno livro já todo estragado, num alfarrabista, que se chama, "Os Vátuas". É um livro aí dos meados de 1870, talvez princípios de 1900. Nele é dito: "Ah, a nossa presença não existe, mas vejam os missionários Protestantes a fazer isto e aquilo..." Portanto o que a Igreja Católica paga é o fruto de ter estado associado, historicamente, com uma certa falta de visão, de nem se ter endogeneizado com o mínimo de visão. Quero dizer, já havia notícias do massacre de Wiriamu, dadas pela Igreja Anglicana que é Católica e, no entanto, os primeiros bispos negros, são sagrados durante a transição. Mas aonde é que estavam estas pessoas?

Segundo, na oposição - talvez isto não seja assim muito relevante, mas o Samora, repito aqui o que o Samora dizia - houve muitas vezes na aplicação prática de certas medidas, como por exemplo, ir tirar coisas, objectos pessoais, etc., que havia, que às vezes é a revolta dos seminaristas, isto é, os seminaristas que tinham sido oprimidos pela hierarquia, vamos dizer, de maioria branca, então estavam também a fazer a sua revolta e levantavam a nossa bandeira. Eu a dizer isso parece que eu estou a exonerar a nossa própria responsabilidade. A nossa política era, de facto, uma política de crítica permanente à Igreja Católica. Poupavam-se as Igrejas Cristãs. Tanto quando houve aquela regra de que tem que ficar a sete quilómetros de centros de ensino, os protestantes levantaram o problema por causa de Chicumbane, ou uma coisa assim do género, e a gente recuou logo.

Portanto, não misturemos. É a Igreja Católica e é a hierarquia católica. Portanto, são estes dois. Agora dentro disto podemos fazer algumas distinções. Aí é que eu tenho alguma coisa de particular a dar. Bom, primeiro tem a história dos católicos na Itália. Da visita que os nossos dirigentes fazem ao Papa em 1970. Portanto, essa relação a gente tinha, com os Católicos, com os Democratas Cristãos.

P.: O Doutor é nomeado, o elemento de ligação também com o Vaticano, não é?

OM: Não, não, nunca fui nomeado elemento de ligação com o Vaticano. Eu nem sequer fui nomeado representante na Itália. Na prática eu estava ali, mas as relações com o Vaticano eram através da Marcella Glizente. Ela é que era...Tinha as relações com o Vaticano. Eu não tinha praticamente relações com o Vaticano. Eu nem sequer lá fui, eu organizei o encontro, mas era só para os dirigentes. Não eu não fui nunca o representante com o Vaticano.

O que acontece é que nós tivemos essas relações no passado. Mas aqui, porque durante, o ano de 74, estava eu ainda em Génève, recebo um emissário de Dom Manuel Vieira Pinto^{vi}. A minha presença era pública, porque eu estava numa conferência de direito humanitário e eles souberam. É o padre Joseph Pampalque, com o qual eu discuto e recebo uma mensagem de Dom Manuel Vieira Pinto, digamos de apoio ao Movimento de Libertação, e depois a algumas questões, ajudas humanitárias, questões assim do género. Até tenho ai essa agenda. Essa relação com Dom Manuel Vieira Pinto se manteve. Então, de vez em quando ele telefonava-me, e pedia que eu agendasse um encontro com o Samora, no qual algumas questões delicadas eram discutidas. Porque havia fricções resultantes deste quadro, mas havia fricções desnecessárias. Por outro lado, também, de vez em quando, é preciso fazer concessões. Inclusive, ele interveio, às vezes, sobre questões do tipo: nós tínhamos problemas com fulano e sicrano, depois o individuo era preso, e ficava ali esquecido e ele

dizia: “Mas porque isto?” Eu me recordo de casos de pessoas que eu até conheço bem, em que ele veio levantar o problema e fomos ao Samora. A gente tinha um pequeno encontro antes, nem sempre, mas, acaba a questão por se revolver. Portanto, houve sempre canais e um bom entendimento.

Agora, o que é que eu posso dizer sobre esses encontros com o Papa, depois da Independência? Eu não tenho muito a dizer. A única coisa que posso dizer é que conheci aqui, ainda numa fase remota, vamos dizer, em relação à sua intervenção, o professor André^{vii} e o Dom Matteo^{viii}. Então, jantámos e eu fui convidado a uma reunião, daquelas reuniões ecuménicas que eles faziam depois da marcha de Assis, que é de onde vêm São Francisco, tanto que é São Francisco de Assis. Tinha havido uma marcha em que estava o Papa, que estava o Primaz da Igreja Ortodoxa, mais não sei... A Ortodoxa Russa, Grega e outras pessoas, só não estavam os Judeus. Fizeram uma marcha pela Paz e eles então faziam todos os anos uma recordação disso. Chamavam pessoas, vinham Monges Budistas, Zoroastrianos, uns indivíduos da Índia. Depois começaram a vir também alguns Muçulmanos, e têm aumentado. Na altura eles resolveram convidar-me e eu disse “Olhe, mas eu não sou crente e não é nesta fase da minha vida que vou fazer política usando isso.” Eles disseram: “Não, nós queremos trazer também outras sensibilidades.” Então é por isso que eu vou e a minha intervenção se chama Contribuição de um não crente para uma ética de Paz. Depois até somos todos recebidos pelo Papa, é uma audiência geral. Também lá estou eu como não-crente. Portanto, é esta a minha relação com a Comunidade de Santo Egídio.

Há aqui um momento em que a Igreja faz críticas sobre a continuação da guerra. É o tal problema, “Você não pode estar na guerra”. Nós estamos numa lógica em que tínhamos razão, ou que estamos convencidos de que tínhamos razão, temos que fazer isso, mas depois há os outros, as lógicas dos outros. “Estamos a sofrer demais”. Então, há uma Homília, dos padres católicos e o Presidente Chissano, que tinha contactos com eles cria uma Comissão da Paz e eu era membro dessa Comissão da Paz. Isso passa-se por ‘90. Ele pergunta o que pensávamos e eu recorde-me de ter dito: “Negociar. Eu sei que isto tudo é muito difícil, mas negociar é negociar com a outra parte. Portanto, se temos que negociar é com os outros. Portanto, temos que dar o passo.”

P.: Obviamente que a Itália tinha um papel particular, o Doutor faz um bocado também esta ponte do Governo com a Itália. Depois também a presença de Mário Raffaelli^{ix}, no princípio dos anos 80 o grande país ocidental que está relacionado com Moçambique é a Itália, concorda?

OM: Sim, mas devo dizer que a minha relação com a Itália se desenvolve, sobretudo ao nível político, nos primeiros anos. Mas se não estou em erro na minha análise, a relação política começa a diminuir e começa a haver é relação económica. Mesmo com os partidos progressistas. Eu até quase que diria que as empresas do Partido Comunista Italiano, da Liga Cooperativa é que tomam a dianteira nas relações com Moçambique, mais do que o próprio Partido Comunista Italiano.

Nesse momento, eu estou um bocado de lado, porque eu não estou na Comissão Económica Mista, em nenhuma actividade desse género. Começa a haver uma distinção subtil, porque eu ainda vou organizar com o Magid^x, a viagem do Presidente à Itália. Portanto, eu mantenho essas relações. Reanimo as relações antigas. Vou falar com várias pessoas, vários lugares. Organizo Reggio Emília, Milão, Veneza, Bologna, todas essas coisas, mas é mais o prolongamento da reunião e é quase uma passagem de testemunho. Depois há um hiato, na minha participação, que só é retomado por aquilo que eu disse, que é quando eu conheço as pessoas de Santo Egídio, e de alguma maneira falo com eles. Mas eu não sou intermediário nas conversações com Santo Egídio. Santo Egídio, vocês conhecem bem a história, aparece porque depois do Presidente ter dito: “Então, vocês Igreja procurem.” Eles também não sabiam o que fazer e vão ter com os de Santo Egídio, Dom Jaime vai lá, e eles procuram os contactos.

P.: Uma afirmação teórica, e gostava de ouvir o seu comentário sobre isso. “Por muito grande e capaz que seja o mediador, se as partes não quiserem não há solução. A grande sabedoria do mediador é conseguir perceber quando é que as condições se juntam todas para poder acontecer a mudança.”

OM: Sim, eu sei que há hoje uma apetência de pessoas para jogarem um papel. Acho que não é mau, porque há coisas que, às vezes, ficam melhor quando vêm de terceiros. É evidente que esses terceiros têm que ter uma força por detrás de si, ou porque representam países, ou porque tem uma força moral, ou porque têm uma inteligência excepcional, ou porque aparecem como pessoas equilibradas.

Mas dito isto, acho que os países que os apoiavam já não apoiam tanto. Isto é, as potências. Não têm uma força tão grande nos países. Deixou de ser muito importante. Agora é preciso também que as partes estejam num nível racional de discurso. Se estão num nível não racional de discurso, ou pré-jurídico, não vale a pena fazer propostas. É gastar chumbo. Então é preciso que se chegue a um certo momento. Por muito talento que tenham os mediadores, eles sozinhos não vão conseguir fazer as coisas. Mas toda a gente gosta de aparecer, que foi fulano ou sicrano. A análise detalhada dos processos mostra que é a capacidade das organizações, dos seus líderes criarem tempos, isto é, há ritmos. Há coisas que são possíveis num momento e que não são possíveis noutra. Ritmos positivos e ritmos negativos. Transformações da situação no terreno, seja militar, seja por outros factores, seja social, seja também da conjuntura que rodeia o meio ambiente.

De resto uma das coisas que Sun Tzu^{xi} diz é que: as coisas principais a ver é o ambiente, porque, forças tu tens, o outro também tem forças. Mas é como cada um explora as condições gerais. A guerra dos mediadores é outra guerra, é a guerra para encontrar soluções. Têm que saber explorar esse ambiente, quando é que ele permite, ou não permite. Eu tenho falado com pessoas que dizem “Olha, neste momento não vale a pena. Neste momento vale.” Agora, que são importantes são. Mas que lhe dêmos todo o crédito, etc...

Mas, infelizmente, se bastassem mediadores, não havia conflitos no mundo. Não é? Se bastasse haver bons mediadores - porque há bons mediadores, pessoas inteligentes e capazes - como é que os conflitos continuam? Veja esses conflitos do Médio Oriente, inclusive eu conheço uma pessoa só da delegação Palestina que é Nabil Shaath^{xii}, tipo brilhantíssimo. Ele ainda está lá. Cada vez mais careca, mas está lá. Mas é, mais ou menos, da minha idade. Ele está na delegação mas é uma pessoa capaz de encontrar soluções, mas não condições.

P.: Sobre o processo de implementação: O que tem a dizer sobre o papel da ONUMOZ, o papel do Aldo Ajello...

OM: Eu vejo a ONUMOZ dentro do contexto optimista, porque toda a gente queria uma solução, portanto tinha uma grande força “sociatal” a apoiar. A Paz tinha um grande apoio, quase unânime, eu diria. Tinha interlocutores credíveis. O nosso Governo caracterizou-se sempre por ser um Governo estável, sólido e racional. A RENAMO e o Presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama^{xiii} tem um papel importante porque ele deu a ordem de parar a guerra e parou efectivamente. Eu acho que esse reconhecimento lhe é devido. Dentro deste contexto as outras pequenas coisas deixaram de ter a mesma importância. Talvez mais coisas devessem ter sido tratadas nos processos, mas... pronto. Eu sei que o Presidente Chissano disse que algumas coisas eram importantes. Eu deixo a eles essa análise, porque eu já não acompanhei tão bem tudo isso.

Mas não há dúvida, estrategicamente houve questões - assim como na questão do Zimbabwe - a questão das forças devia ter sido provavelmente pensada, pelo menos, falo do meu ponto de vista, que eu não pensei nisso. Também agora algumas coisas talvez pudessem ter sido mais bem pensadas. Não só naquele momento, mas na dinâmica do futuro, porque na realidade também não é justo dizer que nós não tratamos, mesmo o Presidente Chissano reconhece que ele cometeu um

erro, ou que podia ter feito diferentemente. Mas eu acho que também não é tão justo culpá-lo de qualquer coisa que tem que ser visto na dinâmica. Porque talvez tivesse havido durante este tempo, outras soluções que resolvessem o problema. Talvez na mente das pessoas estava isso, ou não estava, mas são problemas que vão surgindo. Não se consegue fazer tudo. Porquê? Porque também um acordo é um documento jurídico, são coisas escritas, mas há aqui uma dimensão humana que está por detrás, que eu nunca vi tratado em nenhum acordo.

Eu andei nessas questões de Lusaka, li tudo o que na altura havia. Mas, o problema das pessoas não foi devidamente tratado. Nós aqui até tratamos relativamente bem. A reintegração, as comissões de reintegração, etc...Mas há outros factores humanos, psicológicos, sociais, etc., que devem ser tidos em conta. Por exemplo, vou fazer aqui uma afirmação muito ousada. Eu penso que nós não podemos continuar a ter duas nações neste país. Já não falo dos outros problemas históricos. Eu pergunto a qualquer um de nós, começo por mim próprio, já convidei alguém da RENAMO a minha casa? É evidente que eu posso dizer, “Ah não, mas na aldeia da minha mulher morreram trinta pessoas...”

Mas é possível continuarmos a viver assim? Em que eles estão num gueto, e nós estamos no nosso lado. Acontece que o nosso gueto é mais luzidio, é mais reluzente do que o deles, mas há aqui qualquer coisa que é a existência de duas nações neste país. Pelo menos, duas, pode haver até mais. Mas há duas nações, e eu acho que isso não é correcto. Eu não acho que seja correcto que a mesma governação tenha uma votação esmagadora, já não falo das percentagens muito elevadas, mas eu estive a fazer campanha na Namaacha, e nós ganhamos por 84%. Posso garantir que não houve nenhuma pressão. Estou a falar das autárquicas, e das outras eleições anteriores, não estas. Mas não é normal que a mesma governação tenha uma aprovação tão alta numa certa zona do país e uma aprovação muito baixa no outro. É a mesma governação.

Inclusive o Sul do País até nem tem sido nada beneficiado. Em Xai-Xai, eu passei agora, o que há é mais pessoas a vender na rua. Depois naquela baixa, que contamina a cidade antes de subir para o Tavene, agora já tem ali materiais de construção. De resto é preciso saber se aquilo também respeitou a drenagem das águas fluviais, mas tirando isso, tem mais casas, mas assim grande desenvolvimento, indústrias, grandes actividades não tem...Uma vez fui a Salamanga, já há uns bons anos. Quase que chorava, mas então o que é isto, Salamanga, não há desenvolvimento...

Portanto, há aqui outros factores que indiciam a existência de duas nações. Quando digo nações, não Estados, atenção, isso é uma ficção e transitória. Estou a falar de duas nações com culturas, maneiras de ser, grupos, afinidades...Nós temos que quebrar isso. Temos que ser amigos entre nós, em todo o País e mesmo se houver divergências políticas, têm que ser mantidas pelos seus líderes dentro dos limites devidos. Portanto, a culpa também não é nossa. Por exemplo, se me disseses agora convida aqui um individuo que anda a fazer declarações completamente descabidas, eu também tenho uma certa resistência. Aí também não. Mas estou a dizer, com uma atitude geral, ao longo destes anos todos, será que nós cultivamos esse sentido de unidade? Será que para além de dizer “Viva a unidade nacional, orgulho de ser Moçambicano...” Além de dizer estas coisas, nós fomos à raiz dos problemas?

Eu digo isto, um bocadinho inspirado, mas porque a gente tinha esse tipo de problemas, com pessoas diferentes. Não resolvemos todos, nada de romantismos nessa análise, mas a gente falava e sabia porque é que havia problemas. Mas não o suficiente, também devo dizer. Porque houve tabus que a gente nunca se quis por à discussão. Esses tabus, quando não são bem geridos dão esta atitude, porque depois são preconceitos. Nós vivemos entre nós e os outros vivem entre eles. A Paz tem que ser feita nos apertos de mão, nos convívios. Temos que ter uma pessoa que, independentemente da posição política, é amigo. Mas nós vivemos numa fase contrária, dos anátemas.

Conflitualidade... Então há uma conflitualidade, responde outra, e depois a essa responde outra... Andamos nisto.

ⁱ A **Conferência de Genebra** (28 de Outubro a 14 de Dezembro de 1976) ocorreu em Genebra, na Suíça, durante a Guerra da Rodésia. Sob a mediação Britânica, os seus participantes eram o Governo não reconhecido da Rodésia, liderado por Ian Smith e vários partidos nacionalistas: o Conselho Nacional Africano, liderado pelo bispo Abel Muzorewa; a Frente para a Libertação do Zimbabwe, liderado por James Chikerema; e a "Frente Patriótica" conjunta composta pela ZANU de Robert Mugabe e pela ZAPU liderada por Joshua Nkomo. O propósito da conferência era tentar concordar com uma nova Constituição para a Rodésia e, assim, encontrar uma maneira de acabar com a guerra entre o Governo e os guerrilheiros comandados por Mugabe e Nkomo. A conferência destinava-se a implementar os termos do acordo de Henry Kissinger com Ian Smith do mês anterior, sobre a criação de um Governo interino enquanto uma nova Constituição com a regra da maioria fosse escrita. Mas os vários nacionalistas africanos da Rodésia se recusaram a reconhecer o acordo e nenhum progresso foi feito durante as seis semanas da conferência.

ⁱⁱ **Ivor Seward Richard**, Barão Richard (30 de Maio de 1932), é um político Britânico pertencente ao Partido Trabalhista e ex-membro da Comissão das Comunidades Europeias. Em Junho de 1974 foi nomeado como Representante Permanente do Reino Unido para a ONU, onde actuou por cinco anos. Richard presidiu à Conferência de Genebra sobre a Rodésia.

ⁱⁱⁱ **Julius Kambarage Nyerere** (Butiama, 13 de Abril de 1922 – Londres, 14 de Outubro de 1999) foi presidente do Tanganyika, desde a independência deste território em 1962 e, posteriormente, da Tanzania até se retirar da política em 1985. Em (1985-86) foi-lhe atribuído o Prémio Lenine da Paz.

^{iv} **Andrew Jackson Young** (12 de Março de 1932) é um político, diplomata, activista e pastor protestante Americano que se destacou como Prefeito de Atlanta e Representante dos Estados Unidos nas Nações Unidas. Young também foi presidente do Conselho Nacional de Igrejas e da Southern Christian Leadership Conference (SCLC). Além disso também actuou ao lado de Martin Luther King no Movimento dos Direitos Cívicos ao longo da década de 1960.

^v **Marcello José das Neves Alves Caetano** (Lisboa, 17 de Agosto de 1906 – Rio de Janeiro, 26 de Outubro de 1980) foi um jurista, professor de direito e político Português. Proeminente figura durante o regime salazarista, sucede a Salazar e foi o último Presidente do Conselho do Estado Novo, deposto pela Revolução de 25 de Abril de 1974.

^{vi} **Dom Manuel da Silva Vieira Pinto** (9 de Dezembro de 1923, Sanguinhedo, Amarante). A 27 de Abril de 1967, o Papa Paulo VI nomeou-o Bispo de Nampula, em Moçambique. Escreveu diversas cartas pastorais contestando a ocupação Colonial, destacando-se «Repensar a guerra» (Janeiro de 1974) e «Imperativo de consciência» (12 de Fevereiro de 1974). Aquelas cartas aliadas ao seu posicionamento em defesa dos direitos dos Moçambicanos, valem-lhe a expulsão de Moçambique, a 14 de Abril de 1974, tendo-lhe sido fixada residência no Cartaxo. Regressado a Moçambique no período pós-independência, continuou a bater-se pela dignidade, pelos direitos e pelas liberdades do povo moçambicano. Lutou pelo fim da guerra entre a Frelimo e a Renamo, cujas atrocidades denunciou publicamente. Em 1984 é indicado para Arcebispo de Nampula. Entre 1992 e 1998 foi o Administrador Apostólico de Pemba. A 16 de Novembro de 2000 pede a resignação do lugar de Arcebispo de Nampula e regressa a Portugal.

^{vii} **Andrea Riccardi** (Roma, 16 de Janeiro de 1950) é um historiador e académico Italiano. Graduado em História Contemporânea pela Universidade de Estudos de Roma III, é notável estudioso da Igreja na Idade Moderna e Contemporânea, bem como fundador da Comunidade de Santo Egídio.

^{viii} **Dom Matteo Maria Zuppi** (Roma, Itália 11 de Outubro de 1950) é um Padre Católico Italiano da Comunidade de Santo Egídio actualmente arcebispo da arquidiocese de Bolonha.

^{ix} **Mario Raffaelli** (Trento, 15 de Maio, 1946) é um político Italiano, membro do Partido Socialista Italiano. Entre 1990 e 1992 representou o Governo Italiano nas negociações que levaram ao Acordo Geral de Paz entre o Governo de Moçambique e a RENAMO.

^x **Abdul Magid Osman** (Maputo, 1944) é licenciado em Ciências Económicas e Financeiras pelo

Instituto Superior de Economia de Lisboa. Foi Ministro dos Recursos Minerais de Moçambique, entre 1979 e 1983 e Ministro das Finanças, entre 1986 a 1991.

^{xi} **Sun Tzu** (Qi, 544 a.C - Wu 496 a.C) foi um general, estrategista e filósofo chinês. Sun Tzu é mais conhecido por sua obra “A Arte da Guerra”, composta por 13 capítulos de estratégias militares.

^{xii} **Nabil Ali Muhammad (Abu Rashid) Shaath** (Safad, Agosto de 1934) é um alto funcionário palestino. Ele tem os seguintes títulos: Negociador principal Palestino; Ministro do Gabinete Palestino, Ministro Palestino da Cooperação Internacional, Ministro de Planeamento da Autoridade Nacional Palestina.Primeiro-ministro interino da PNA

^{xiii} **Afonso Macacho Marceta Dhlakama** (Mangunda, Sofala, 1 de Janeiro de 1953), é um político e militar líder da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), o principal partido político da oposição em Moçambique.